



---

# ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

---

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021



---

# ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

---

Elói Martins Senhoras  
(Organizador)

  
Atena  
Editora  
Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abraão Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Secconal Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR

Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará

Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ

Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe

Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz

Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa

Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo

Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie

Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Organizações públicas e empresas privadas: estratégia, inovação e tecnologia

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Camila Alves de Cremo  
**Correção:** Mariane Aparecida Freitas  
Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Elói Martins Senhoras

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

068 Organizações públicas e empresas privadas: estratégia, inovação e tecnologia / Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-741-3

DOI 10.22533/at.ed.413211601

1. Organizações públicas. 2. Empresa privada. 3. Estratégia. 4. Inovação e Tecnologia. I. Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 346.81067

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

O campo científico de Administração tem evoluído muito rapidamente ao longo das décadas por meio de uma estrutural tendência de crescente incorporação de novas agendas temáticas reflexivas aos avanços empíricos e às transformações na realidade tecnológica, organizacional e da própria sociedade.

Alicerçado na compreensão de que a construção do estado da arte no pensamento científico se fundamenta nas ricas experiências empíricas, o presente livro, “Organizações Públicas e Empresas Privadas: Estratégia, Inovação e Tecnologia” traz uma instigante agenda de estudos administrativos.

O objetivo de discutir desta obra coletiva, desenvolvida por um conjunto diferenciado de mais de 80 pesquisadoras e pesquisadores é discutir a realidade das organizações públicas e privadas por meio de uma reflexão imersiva sobre uma agenda tripartite de discussões relacionadas à estratégia, inovação e tecnologia.

Estruturado em 25 capítulos, este livro apresenta relevantes pesquisas que coadunam de uma mesma lógica dedutiva, partindo da abstração teórica no campo epistemológico da Administração até chegar à empiria de estudos de caso, embora trazendo uma pluralidade de diferentes recortes teórico-metodológicos para a análise.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa dos estudos do presente livro combina distintas abordagens quali-quantitativas, recortes teóricos e procedimentos metodológicos de levantamento e análise de dados, corroborando assim para a apresentação de uma genuína agenda eclética de estudos, permeada pela pluralidade do pensamento e pela capacidade dialógica dos estudos.

Em função do paradigma eclético manifestado pela combinação de um conjunto diversificado de abordagens teórico-metodológicas, os principais eixos imersivos de condução dos debates focalizaram as agendas de logística, marketing, mercado de trabalho e gestão de pessoas, planejamento e gestão estratégica, bem como de empreendedorismo e inovação.

Com base nas discussões e resultados obtidos nesta obra, uma rica construção epistemológica é fornecida a um potencial amplo público leitor, fundamentada em relevantes análises de estudos de casos que corroboram teórica e conceitualmente para a produção de novas informações e conhecimentos sobre a fluida realidade das organizações públicas e de empresas privadas no período contemporâneo.

Excelente leitura!

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### **APLICAÇÃO DE AUDITORIA NO SETOR DE ALMOXARIFADO**

Aline dos Santos Nonato  
Regiane de Fátima Bigaran Malta  
Sinéia Tenório Cavalcante Rodrigues  
Thiago Bergoci

**DOI 10.22533/at.ed.4132116011**

### **CAPÍTULO 2..... 14**

#### **APLICAÇÃO DA TEORIA DAS FILAS PARA OTIMIZAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA DOS NAVIOS DO SISTEMA PORTUÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ**

Rebecca Moura Lody  
Tamires Marques de Souza Rodrigues  
Shih Yung Chin

**DOI 10.22533/at.ed.4132116012**

### **CAPÍTULO 3..... 30**

#### **TIPOLOGIA DA RELAÇÃO COMPRADOR-FORNECEDOR: DESEMPENHO PERCEBIDO EM RELAÇÃO À CADEIA DE SUPRIMENTO**

João Barbosa França  
Edgar Reyes Junior  
Rafael Araújo Sousa Farias  
Jonatas Dutra Sallaberry

**DOI 10.22533/at.ed.4132116013**

### **CAPÍTULO 4..... 43**

#### **CONSCIÊNCIA PARA QUE TE QUERO? SOBRE AS INFLUÊNCIAS DOS PROCESSOS INCONSCIENTES NO COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES**

Cátia Fabíola Parreira de Avelar  
Ricardo Teixeira Veiga  
Pedro Henrique de Freitas Guimarães Nejm

**DOI 10.22533/at.ed.4132116014**

### **CAPÍTULO 5..... 61**

#### **A CONTRIBUIÇÃO DO NEUROMARKETING PARA AUMENTAR A VANTAGEM COMPETITIVA DAS EMPRESAS NO MERCADO CONSUMIDOR**

Karina Szendela  
Adriana Queiroz Silva

**DOI 10.22533/at.ed.4132116015**

### **CAPÍTULO 6..... 74**

#### **RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA COMO FERRAMENTA PARA ENFRENTAMENTO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: A EXPERIÊNCIA CUBANA**

Alexis Santiago Pérez Figueredo  
Márcia Aparecida da Silva Pimentel

**DOI 10.22533/at.ed.4132116016**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>87</b>
TRANSFORMAÇÕES DO TRABALHO NO BRASIL: UM ESTUDO DO CASO IFOOD	
Walney Barbosa dos Reis	
Francisco Djalma Silva Luna	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4132116017</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>100</b>
TRANSFORMAÇÃO DO TRABALHO EM EQUIPE PARA CONTRIBUIR COM A SATISFAÇÃO COM A QUALIDADE DO SERVIÇO PRESTADO, CONSTRUTOS GERAIS	
Valentín Alonso-Novelo	
Gustavo Alberto Barredo-Baqueiro	
Juana María Saucedo Soto	
Alicia Hernández Bonilla	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4132116018</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>108</b>
ASSÉDIO MORAL: ANÁLISE DO TEMA POR MEIO DE UMA BIBLIOMETRIA	
Lígia Maria Heinzmann	
Valdir Machado Valadão Júnior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4132116019</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>125</b>
ACUMULAR OU NÃO AS DICAS RECEBIDAS POR SUBORDINADOS OU FUNCIONÁRIOS NO MÉXICO	
Rosa Hilda Hernandez Sandoval	
Laura Leticia Gaona Tamez	
Gabriel Aguilera Mancilla	
Blanca Estela Montano Perez	
Juan Jesus Nahuat Arreguin	
Sergio Arcos Moreno	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>135</b>
COMPETÊNCIAS PROFISSIONAIS: ESTUDO DE CASO COM EGRESSOS DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO DA CIDADE DE JANAÚBA/MG	
Fábio Cantuária Ribeiro	
Talita Ribeiro da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>147</b>
O SEGUNDO IDIOMA NAS EMPRESAS MULTINACIONAIS DE CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA	
Roselis Natalina Mazzuchetti	
Luís Felipe Mazzuchetti Ortiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160112</b>	

<b>CAPÍTULO 13.....</b>	<b>154</b>
INOVAÇÃO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA INTERNACIONAL E SEUS HOT-TOPICS	
Giulia Xisto de Oliveira	
Debora Vestena	
Isabela Marques Kumer	
Gabriel Biondo Brasil	
Jaíne Pompeo Rodrigues	
Karine da Silveira Aquino	
Antonio Marcos Bezerra	
Eduarda Tschiedel da Silva	
Gabriela Campos Comin	
Marcella de Oliveira Xarão	
Victor Cesar Rodrigues Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160113</b>	
<b>CAPÍTULO 14.....</b>	<b>168</b>
INOVAÇÃO EMPREENDEDORA NA CADEIA PRODUTIVA DE PEDRAS PRECIOSAS DA REGIÃO DO MÉDIO ALTO URUGUAI DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	
Carine Dalla Valle	
Andrea Cristina Dorr	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160114</b>	
<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>182</b>
O PROFISSIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO NA ASSESSORIA DE ESTRATÉGIAS DE GESTÃO PARA A INOVAÇÃO. UM ESTUDO EM EMPRESAS DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA	
Carlos Roberto Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160115</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>194</b>
FATORES INIBIDORES AO DESENVOLVIMENTO DE PATENTES EM MPES: UM ESTUDO NO SETOR DE EMBALAGENS PLÁSTICAS	
Rômulo Prezotto	
Djair Picchiali	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160116</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>218</b>
DESENVOLVIMENTO DA TEORIA CONTÁBIL PARA AUXILIAR A GOVERNANÇA CORPORATIVA: PROPOSTAS DE OPORTUNIDADES DE PESQUISAS	
Rafael Araújo Sousa Farias	
João Barbosa França	
Jonatas Dutra Sallaberry	
<b>DOI 10.22533/at.ed.41321160117</b>	
<b>CAPÍTULO 18.....</b>	<b>234</b>
ALTERAÇÕES NAS NORMAS E OS EFEITOS NAS VARIÁVEIS FUNDAMENTALISTAS:	

## UM ESTUDO NAS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LISTADAS NA B3

Josicarla Soares Santiago  
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante  
Fabiano Ferreira Batista  
Yara Magaly Albano Soares

**DOI 10.22533/at.ed.41321160118**

### **CAPÍTULO 19.....247**

#### **PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM PEQUENA E MICRO EMPRESA, SÃO LUÍS – MA/ BRASIL**

Diego Padilha Trindade

**DOI 10.22533/at.ed.41321160119**

### **CAPÍTULO 20.....274**

#### **IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO PARA A VALORIZAÇÃO DA CARREIRA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Renato Luft  
Cleber de Araujo  
Jeysonn Isaac Balbinot  
Daniel Artur Seelig

**DOI 10.22533/at.ed.41321160120**

### **CAPÍTULO 21.....287**

#### **GESTÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS: PLANEJAMENTO URBANO NA REGIÃO DE MANGUINHOS A PARTIR DO PAC-FAVELAS E SUAS IMPLICAÇÕES**

Leonardo Machado Coelho Monteiro

**DOI 10.22533/at.ed.41321160121**

### **CAPÍTULO 22.....295**

#### **AS ENTIDADES DE DIREITO PÚBLICO, DEVEM ACEITAR A CAUSA DE IMPOSTO DE VALOR AGREGADO NO MÉXICO**

Rosa Hilda Hernandez Sandoval  
Laura Leticia Gaona Tamez  
Gabriel Aguilera Mancilla  
Juan Jesus Nahuat Arreguin  
Blanca Estela Montano Perez  
Valentin Alonso Novelo  
Gustavo Alberto Barredo Baqueiro  
Sergio Arcos Moreno

**DOI 10.22533/at.ed.41321160122**

### **CAPÍTULO 23.....308**

#### **VARIÁVEIS QUE AFETAM A INTENÇÃO EMPREENDEDORA EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Juana María Saucedo Soto  
Juan Bernardo Amezcua Núñez  
Alicia del Socorro de la Peña de León

Viridiana Galván Maldonado

**DOI 10.22533/at.ed.41321160123**

**CAPÍTULO 24.....320**

**GRAU DE SATISFAÇÃO DOS DISCENTES EM RELAÇÃO AOS SERVIÇOS DO RESTAURANTE UNIVERSITÁRIO DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA PESQUISA DE MARKETING**

Danielle Lisboa da Motta

Jorge Alberto Velloso Saldanha

Heleno Ferreira Lima

**DOI 10.22533/at.ed.41321160124**

**CAPÍTULO 25.....336**

**SATISFACCIÓN Y CULTURA ORGANIZACIONAL: ELEMENTOS INNOVADORES EN LA CALIDAD EN EL SERVICIO EN UNIVERSIDADES PÚBLICAS MEXICANAS**

Valentín Alonso-Novelo

Laura Leticia Gaona-Tamez

Jorge Ramón Salazar Cantón

Gabriel Aguilera Mancilla

Rosa Hilda Hernández-Sandoval

**DOI 10.22533/at.ed.41321160125**

**SOBRE O ORGANIZADOR.....347**

**ÍNDICE REMISSIVO.....348**

## FATORES INIBIDORES AO DESENVOLVIMENTO DE PATENTES EM MPES: UM ESTUDO NO SETOR DE EMBALAGENS PLÁSTICAS

*Data de aceite: 04/01/2021*

*Data de submissão: 29/09/2020*

### **Rômulo Prezotto**

Mestre em Administração das Micro e Pequenas Empresas pela UNIFACCAMP  
Professor de Empreendedorismo e Inovação pelo SEBRAE-SP  
Jundiaí – SP  
<http://lattes.cnpq.br/0814498937464739>

### **Djair Picchiai**

Professor Orientador do curso de Mestrado Profissional em Administração das Micro e Pequenas Empresas pela UNIFACCAMP  
Doutor em Administração de Empresas pela FGV-SP  
São Paulo – SP  
<http://lattes.cnpq.br/3510272177340491>

**RESUMO:** Este artigo analisa a importância da patente como instrumento competitivo para as MPES destacarem-se de forma inovadora no mercado. Observou-se um baixo percentual de pedidos de patente feito por residentes (inovações criadas no Brasil) ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial, sobretudo quanto às MPES do setor de embalagens plásticas, justamente porque as pesquisas de inovação tecnológica não sondam as MPES do recorte amostral estudado. O objetivo foi analisar os fatores que incidem sobre as MPES do setor de embalagens plásticas da região de Jundiaí quanto ao cerceamento de depósitos de patente

e identificar se incidem elementos culturais inerentes ao empreendedor. O referencial teórico está embasado na teoria da ecologia organizacional e a metodologia baseou-se em uma pesquisa qualitativa, com amostragem não probabilística por conveniência com 22 MPES da região de Jundiaí. Como resultado, obteve-se a identificação de dez principais fatores inibidores ao depósito de patentes para essas empresas, justificando-se, portanto, a necessidade de aprofundamento de estudos para desenvolver uma proposta como contribuição: a criação de um modelo de viabilização de pedido de patente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Patentes; Propriedade Industrial; MPES; Embalagens Plásticas.

### **INHIBITING FACTORS FOR PATENT DEVELOPMENT IN MSE: A STUDY IN THE PLASTIC PACKAGING SECTOR**

**ABSTRACT:** This article analyzes the importance of the patent as a competitive tool for MSEs to stand out in an innovative way in the market. There was a low percentage of patent applications made by residents (innovations created in Brazil) to the National Institute of Industrial Property, especially regarding SMEs in the plastic packaging sector, precisely because technological innovation surveys do not probe the SMEs of the sample cut studied. The objective was to analyze the factors that affect SMEs in the plastic packaging sector in the Jundiaí region regarding the curbing of patent deposits and to identify whether cultural elements inherent to the entrepreneur are involved. The theoretical framework is based on the theory of organizational ecology and the methodology was based on a qualitative research, with non-

probabilistic sampling for convenience with 22 MSEs from the region of Jundiaí. As a result, it was possible to identify ten main factors that inhibit the filing of patents for these companies, justifying, therefore, the need for further studies to develop a proposal as a contribution: the creation of a feasibility model for requesting patent.

**KEYWORDS:** Patents; Industrial Property; MSEs; Plastic Packages.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo identificar os fatores essenciais à restrição de pedidos de patente, em um recorte amostral de 22 empresas fabricantes de embalagens plásticas da região de Jundiaí, selecionado devido à sua relevância econômica e, concomitante, à baixa incidência de pedidos de patente dessas empresas junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Segundo dados do sindicato da indústria plástica da região de Jundiaí, mais de 200 empresas atuam neste ramo, dentre o rol de 1.260 empresas no estado de São Paulo, sendo que 80% delas são MPEs (SINDIPLÁSTICO, 2019). Essas empresas movimentam cerca de cem milhões de reais e empregam mais de 55 mil pessoas, (SINDIPLÁSTICO, 2019). Considerando os empregos diretos e indiretos, esse número chega a mais de 300 mil postos de trabalho.

De acordo com Schlickmann (2018), a indústria de transformação do plástico é a sétima maior da economia nacional, sendo que a região metropolitana de São Paulo e interior próximo, incluindo Jundiaí, é o polo inovativo em termos de embalagens plásticas. Não obstante, a sexta edição do “Prêmio Nacional de Inovação”, ocorrido em julho de 2019, reconheceu cinco pequenos negócios, dentre os 15 totais, com destaque ao compromisso com a inovação e o desenvolvimento tecnológico, sendo um deles do interior do estado de São Paulo (SEBRAE, 2019).

No Brasil, o valor bruto da produção física de embalagens tem crescido nos últimos anos em torno de 1% do PIB (ao ano), atingindo, em 2017, o montante estimado de R\$ 71,5 bilhões, de acordo com estudo da Indústria Brasileira de Embalagem (IBRE, 2018). Contudo, observa-se que foram identificados 11.876 pedidos de patente no Brasil, enquanto mundialmente foram depositados mais de 490.000 pedidos de patente relacionados à tecnologias de embalagens. Algo em torno de 2,5% de participação brasileira sobre o total mundial (ABRE, 2018).

O Brasil detém a oitava maior economia global atualmente e amarga a 64ª posição no *ranking* global de patentes. Vale ressaltar que em 2018 o Brasil investiu apenas 0,64% do PIB em inovação (FMI, 2018; OMPI, 2018). Tal posição mantém-se, majoritariamente, devido às publicações de instituições científicas nacionais, especialmente USP, UNICAMP e UFRJ, pois, de acordo com Sekeff (2015) e Rosas (2007) a maioria dos profissionais capacitados a realizar pesquisa e desenvolvimento (P&D) atua em universidades.

Dos mais de 28 mil pedidos de patentes de invenção realizados no INPI em 2018, a maior parte (mais de 20 mil) é feita por não residentes, ou seja, instituições cuja origem

não é nacional (INPI, 2018). De acordo com a OMPI, no Brasil quase 60% dos depósitos de patentes são feitos por três países – Alemanha, Japão e Estados Unidos, sendo este último detentor de 40% do total computado. A média de patentes no Brasil é de três registros a cada 100 mil habitantes (IBGE, 2019).

Em levantamento realizado pelo IBGE (2014) revelou os principais obstáculos à inovação, tais como “custos para inovar e patentear”, “escassez de fontes apropriadas de financiamento” e “riscos econômicos excessivos”. Miranda e Borges (2019) identifica que, além da baixa quantidade de fontes, há problemas estruturais nas próprias incubadoras de fomento à inovação e propriedade intelectual. Nunes e Russo (2019) afirmam que mesmo as médias e grandes companhias analisadas apontam o “custo para inovar” como fator determinante em tomada de decisão para modelos de negócios inovativos.

Freitas (2017) vai além, afirmando que observado o contexto das MPEs seria inadequado considerar aspectos como número de patentes e investimentos em P&D para mensurar inovação, como é utilizado no Manual de Oslo (2005), uma vez que este não distingue o porte das organizações (FREITAS *et al*, 2017).

No entanto, Di Petta (2016) reitera que o hiato existente entre os pedidos de patentes e as MPEs tem sido tratado como prioridade para o desenvolvimento do país por muitos estudiosos, pesquisadores e especialistas no assunto, pois como dito por Bachmann e Destefani (2008) “...o grau das organizações, e até de países, é tipicamente avaliado por meio de indicadores como número de patentes, volume de recursos aplicados em P&D e outras métricas” (BACHMANN; DESTEFANI, 2008, p. 3).

Esse fato é compartilhado por Bontempo (2019), Soares (2016), Silva (2016), Valbuza (2015), Sekeff (2015) e Contador (2008), que atribuem a elementos inovativos na empresa uma importante variável para sua longevidade e perenidade no mercado. Concomitantemente, a patente enquanto elemento estratégico para sobrevivência das empresas reside em conceitos da Teoria da Ecologia Organizacional (HANNAH; FREEMAN, 1978), Variáveis Subculturais (RIESMAN, 1950) e o modelo de Miles e Snow (1978).

No que tange a TEO, segundo Silva (2016), o modelo de Hélice Tríplice proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (1996), assim como o Triângulo de Sábato (PLONSKI, 1995) analisado por Bizzotto (2015), corroboram com o conceito no sentido de que, assim como a teoria da evolução biológica, as transformações trazidas pela relação entre universidades, indústrias e governo são ou podem vir a ser ainda mais complexas, dada a variedade de arranjos institucionais que podem ser construídos (PACHOURI & SHARMA, 2016).

O presente artigo se propõe a identificar quais são os principais fatores inibidores ao processo de pedido de patentes pelas MPEs pesquisadas e qual a relevância da cultura do empreendedor sobre tais fatores, no tocante à falta de iniciativa para desenvolver tal pedido.

## 2 | REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Definição de patentes e sua importância

De acordo com Macedo e Barbosa (2000), o conceito de patentes define-se como “um direito exclusivo concedido pelo Estado relativamente a uma invenção (ou modelo de utilidade), que atende ao requisito de novidade, envolve uma atividade inventiva (ou ato inventivo) e é suscetível de aplicação industrial” (INPI, 2013). Especificamente no Brasil, a lei de propriedade industrial – LPI – (Lei nº 9279 de 14 de maio de 1996) prevê duas naturezas (tipos) de proteção por patentes: as patentes de invenção (PI) e as patentes de modelo de utilidade (MU). A patente de invenção vigora no Brasil pelo prazo de vinte anos contados da data de depósito original, ou por pelo menos dez anos contados da data de concessão.

Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2013), um determinante para a sobrevivência das empresas e crescimento a longo prazo é o investimento em propriedade intelectual, estratégia e ferramenta básica de negócios para permanecer-se no mercado global, uma vez que as patentes disponíveis no mercado podem ser a solução em momentos de crise (SUSTER, 2009).

Silva (2016) atesta que os ativos intelectuais de uma corporação são geralmente três ou quatro vezes mais valiosos do que os ativos tangíveis, como dinheiro ou equipamentos, e que só vale a pena cultivá-los no contexto da estratégia, não podendo definir e gerenciá-los sem saber o que se pretende fazer com eles.

Nesse sentido, Rosas *et al* (2007) analisaram que os custos incorridos para registro de uma patente de invenção ou modelo de utilidade são justificados pelos benefícios percebidos, mas há também os riscos de não obtenção (Quadro1).

<b>Benefícios esperados e percebidos</b>	<b>Alguns riscos de não obtenção</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>- Seu titular tem o direito exclusivo de uso, cessão ou licenciamento, e poderá obter indenização pelo uso indevido por terceiros;</li><li>- Protege o investimento feito em pesquisa e desenvolvimento e a expectativa de retorno do investimento;</li><li>- Exclusividade de exploração de determinada tecnologia;</li><li>- Proteção dos investimentos em P&amp;D visando de retorno do investimento no longo prazo;</li><li>- Inovação como barreira principal a competidores;</li><li>- Aumento do valor intangível da empresa;</li><li>- Produto mais valorizado pelos clientes na compra;</li><li>- Garantia da inovação como barreira principal a competidores;</li><li>- Aumento do valor intangível da empresa;</li><li>- Produto mais valorizado pelos clientes na compra;</li><li>- Monitoramento competitivo da PI – redesenho de patente ou oposição a terceiros devido à violação de PI.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Outra empresa pode fazer uso da invenção para fabricar, comercializar, importar ou exportar a tecnologia que não foi protegida, ou que não foi estendida para aquele determinado mercado;</li><li>- Perda de vantagem competitiva;</li><li>- Facilitação da concorrência desleal, pirataria e infrações por terceiros;</li><li>- Perda de prazos para manifestar oposições, recursos e pedir nulidades administrativas quanto a pedidos de terceiros que possam ser colidentes tanto no Brasil quanto no exterior.</li></ul>

Quadro 1 - Benefícios esperados e riscos de não obtenção de PI

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

No entanto, autores como Freeman & Soete (2008, p. 57) e Moraes (2016, p. 6) ampliam a discussão afirmando que “... os investimentos e incentivos à pesquisa tecnológica vêm se mostrando insuficientes, pois, além da questão econômica, outras questões sociais e governamentais estão latentes”. E conclui: “a solução está na conjugação dos artigos 218 e 219 da Constituição Federal com as leis infraconstitucionais, que buscam a endogeneização do mercado interno e a internalização dos centros de decisão, sendo o Estado o ator principal dessas mudanças” (MORAES, 2016; FREEMAN & SOETE, 2008).

Pesquisa realizada pelo Sebrae (2016) para analisar os fatores determinantes para a sobrevivência ou mortalidade das organizações, identificou que inovar e diferenciar produtos faz-se necessário para atender as exigências atuais do mercado, de maneira que o próprio SEBRAE, em parceria com o CNPq, desenvolveu um programa de fomento à inovação denominado ALI: Agente Local de Inovação (CARPEJANI, 2015; SILVA; HEBER, 2014). Concomitante, o modelo CERNE (Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos) desenvolvido por SEBRAE, ANPROTEC (2014) e centenas de incubadoras atuam simultaneamente com o mesmo objetivo (SEBRAE, 2019). Esse papel é também desempenhado pela Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), criada em 2011 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cujo objetivo é fomentar projetos de cooperação, envolvendo empresas nacionais, instituições tecnológicas ou instituições de direito privado sem fins lucrativos, voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, resultando em geração de produtos e processos inovadores.

No entanto, tal como identificado por Gilaberte (2015), Bontempo, Witotovicz e Yoshitake (2019), Rosas, Froehner e Sbragia (2007), Pereira *et al* (2009) e Ferreira (2013) há um elo faltante no processo, uma vez que o modelo de trabalho adotado por instituições de fomento à inovação, tais como as citadas acima, possibilita às empresas concluírem o processo inovativo junto com o processo patentário, porém elas não o fazem. Chegam até a promover o “ecossistema da inovação”, abrangendo um modelo de central de serviços e atuando de maneira prospectora na mineração da inovação, conforme feito pelo programa ALI do Sebrae (2018), por meio da metodologia “Gestão da Inovação” desenvolvido pelo CNPq; entretanto, não realizam conexão entre inovação e PI.

## **2.2 Patentes vigentes, *Backlog* e aspectos culturais**

De acordo com o último relatório da OMPI (2018), existem cerca de 55 milhões de PI vigentes no mundo, sendo que as patentes de Invenção somam 10,6 milhões de registros, 3 milhões de patentes por modelo de utilidade, 36,5 milhões de registros de marcas e 3,4 milhões de registros de desenho industrial. Quanto ao *backlog*, de acordo com o INPI (2019), em junho/2017, existiam 231.184 pedidos de patentes pendentes de decisão técnica final, representando uma redução de 1,7% em relação a junho/2015. Atribui-se ao alto *backlog*, portanto, o fato do prazo das aprovações nas decisões técnicas finalizar-se em média 10 anos após o registro (CNI, 2018).

Contudo, é possível fazer uso da PI de várias maneiras mesmo antes do despacho da carta patente. Gilaberte (2015), Amorim (2014), Contador (2008) e Sherwood (2002) afirmam que a mineração da patente enquanto “estado da técnica” é um diferencial competitivo altamente estratégico, assim como estudos feitos pela CNI (2018) sugerem que, principalmente para as MPEs em estágio inicial, a proteção intelectual pode significar a consolidação ou naufrágio em um mercado tão disputado.

Nesse sentido, inferindo culturalmente sobre o assunto, alguns fatores endêmicos ao empreendedor brasileiro são relevantes na problemática da baixa procura por instrução sobre processo de patentes. Haja vista a insignificante procura de formação gratuita sobre o assunto, que o próprio setor de disseminação da propriedade intelectual disponibiliza: em 2018 foram certificadas 2.837 pessoas pelo curso geral de PI, 2.720 por meio do EAD, com duração de 75 horas.

Em análise sobre o tema, Ferreira *et al.* (2009) constataram que a baixa incidência de pedidos de patentes pelas pequenas empresas tem como fatores principais a “falta de cultura com relação à pesquisa de tecnologia patenteada” e o “custo e tempo envolvidos nas pesquisas em documentos de patentes”, sendo que as pequenas empresas também consideraram o fator “desconhecimento dos recursos disponíveis na base de dados do INPI e em outras bases de dados gratuitas disponíveis na Internet”. Mazzucato e Penna (2016) e Silva (2016) complementam que, além dos fatores supracitados, os programas de incubação de empresas para fomento de inovação – neste caso a ferramenta CERNE – acabam por falhar ao nada dispor, objetivamente, sobre a propriedade intelectual e a importância de sua proteção em ambientes de inovação como uma incubadora de empresas (MAZZUCATO; PENNA 2016; SILVA, 2016).

### **2.3 A Teoria da Ecologia Organizacional, Variáveis Subculturais e o modelo de Miles & Snow**

Fatores endógenos e exógenos influenciam o desenvolvimento de inovação e patente no ambiente organizacional das MPEs. No bojo da temática, Silva e Heber (2014) e Santos (2013) discorrem sobre o conceito de Hannan e Freeman (1977), que evidenciam a paridade conceitual entre seleção natural e ecologia organizacional, segundo a qual as organizações sobrevivem ou não de acordo com sua capacidade de se adaptar ao meio e, a partir daí, sofrem penalidades de desempenho, podendo evoluir de acordo com as situações competitivas em que se amparam. Dessa forma, se os fatores econômicos, financeiros e tecnológicos do ambiente desestimulam os investimentos em P&D para que a empresa mantenha sua saúde financeira, esta promoverá menores aportes em desenvolvimento inovativo e patentário de *payback* e ROI em médio e longo prazos, mesmo que isso envolva sua perenidade e competitividade.

Esse perfil estratégico está imbricado na cultura do empreendedor brasileiro: segundo o INPI (2018), 40% não investem em patentes devido a riscos de mercado. Neste

sentido, segundo Rosas, Froehner e Sbragia (2007), entre outros fatores, as decisões de investimento em PI variam de acordo com o ciclo de vida da empresa, a área geográfica de atuação e o volume do capital investido. Com efeito, de acordo com Hannan e Freeman, o conceito de seleção em TEO aplica-se a partir do ambiente (forças exógenas), selecionando as organizações sistematicamente e causando a extinção de outras. A sobrevivência de uma organização adaptada depende da natureza do ambiente e das situações competitivas aliadas ao plano estratégico utilizado para se manter no mercado, mesmo este agindo majoritariamente sobre as estratégias da empresa (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

Segundo Riesman (1950), a tomada de decisão e o perfil estratégico advêm da cultura social em que o indivíduo está inserido. De acordo com Nelson & Vasconcelos (2008), isso ocorre sobre os indivíduos sociais tanto no ambiente organizacional quanto na comunidade externa. Para Ramos (1975, p. 45), a teoria de Riesman postula que cada “tipo de personalidade” está associada a um ponto particular do desenvolvimento histórico da sociedade, ligada aos estágios econômicos alcançados e imprimindo maneiras diferentes de “conformismo social” e influenciando suas ações no ambiente organizacional. Dessa forma, o autor elenca três tipos de caráter social identificados (outer, inner and other): dirigidos ou orientados pela tradição; dirigidos ou orientados internamente (por si mesmos); dirigidos ou orientados externamente (pelos outros).

Os tipos sociais dirigidos pela tradição obedecem às regras estabelecidas anteriormente e raramente conseguem acompanhar o dinamismo da sociedade moderna. Qualquer forma de modificação é extremamente lenta e dificilmente percebida, sendo a mobilidade social baixa ou ausente e as pessoas não têm outros objetivos além do próprio grupo.

Os indivíduos sociais dirigidos internamente descobrem o potencial dentro de si para viver e agir de acordo com as normas estabelecidas, mas com base no que idealizam usando seu próprio giroscópio interno. Característica típica de sociedades ocidentais em avançado estágio de evolução, que imprime nos indivíduos um caráter social autodirigido devido a extrema competitividade de mercado (RIESMAN, 1950).

Os indivíduos dirigidos externamente necessitam aprender a competir ao passo de seus pares para não “serem deixados para trás”. Mobilizam-se continuamente em passos de autodireção, porém o círculo de interações com a sociedade se alarga. Este traço desenvolve-se com maior relevo nas maiores áreas metropolitanas do mundo (RAMOS, 1975).

Não obstante, o modelo de Miles e Snow (1978) trata a respeito das classificações dos tipos de empreendedorismo nas organizações. De acordo com Nojima e Silva (2016), Menezes e Barbosa (2014), Fernandes (2014), a teoria criou uma tipologia identificando que o processo de adaptação organizacional deriva de três perspectivas de interação entre a organização e o ambiente, baseadas no comportamento estratégico e nas decisões

costumeiramente adotadas pelos gestores em relação aos três problemas denominados como ciclo adaptativo. O ciclo adaptativo é o processo vivido pela organização ao lidar com os problemas empresariais, administrativos e de engenharia. Esta tipologia também classificou os comportamentos estratégicos em quatro categorias chamadas de prospectora, analítica, reativa e defensiva, cada uma com suas características de relacionamento nas dimensões de tecnologia, estrutura e processo (MILES e SNOW, 1978).

A estratégia prospectora é caracterizada por elevada busca de mercados e inovação de produtos e processos. Já a estratégia defensiva diferencia-se por estreitos domínios de produtos/mercados e por ênfase muito grande em eficiência. A estratégia analítica pode ser vista como um híbrido das estratégias prospectora e defensiva, possuindo uma área de negócios central mais estável e componente de negócios mais dinâmico, tratado de forma prospectora. Na estratégia reativa as empresas parecem não apresentar nenhuma relação coerente entre estratégia e estrutura, e têm uma não-estratégia, com reações impulsivas diante de eventos do ambiente.

Dessa forma, por meio da conexão entre tais conceitos é possível entender que no Brasil há um alto grau de competitividade entre as MPEs dadas as circunstâncias em que se encontram – um número cada vez maior de concorrentes – e que de fato estão sobrevivendo apenas aquelas que conseguem adaptar-se com louvor às novas demandas econômicas (Quadro 2).

RIESMAN	MILES e SNOW			
ORIENTAÇÃO CULTURAL	DEFENSIVO	PROSPECTOR	ANALÍTICA	INOVAÇÃO
Dirigidos pela tradição	EMPREENDEDOR			Zero
Dirigidos internamente		EMPREENDEDOR		Máximo/ Proativa
Dirigidos externamente			EMPREENDEDOR	Médio/ Resposta à demanda
	AMPLITUDE BAIXA	DOMÍNIO ESTREITO	DOMÍNIO AMPLO	

Quadro 2 - Reflexão do tema com o referencial conceitual adotado

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

No que tange à importância da tipologia postulada por “Milles & Snow”, corroborada por Nelson & Vasconcelos (2008), esta cristaliza a verdade que, por consequência da TEO, a maior parte das MPEs se caracterizam como prospectora, uma vez que necessariamente precisam criar ou mesmo adotar frequentemente elementos inovativos para se manterem competitivas no mercado.

Em relação à teoria das “variáveis subculturais”, os micro e pequenos empreendedores se caracterizam como dirigidos internamente ou externamente, ou seja, pertencem às sociedades urbanizadas e industrializadas altamente influenciadas pela mídia e veículos de comunicação, sendo responsáveis por eles mesmos e pelo êxito ou fracasso de seus empreendimentos. Precisam constantemente estar “camuflados” ou adaptados às demandas do seu *habitat* ou ecossistema de atuação econômica, sendo ora “analistas” ora “prospectores”.

De fato, há fortes evidências de que as MPEs possuem perfil empreendedor e, tal como citado por um vasto referencial bibliográfico que remonta desde a época do Barão de Mauá, passando por Santos Dumont e tantos outros, o brasileiro é por natureza um povo empreendedor (MACEDO; BARBOSA, 2000). Contudo, pode-se dizer que há uma forte identidade nacional ligada ao distanciamento ou mesmo desinteresse sobre a PI, porém tais descobertas e algumas outras serão depuradas por meio da própria pesquisa de campo deste trabalho.

### **3 | METODOLOGIA DA PESQUISA**

Tendo em vista o pequeno número de estudos sobre proteção intelectual em MPEs na literatura brasileira de Administração de Empresas, o presente estudo possui caráter eminentemente exploratório (VERGARA, 2009). Utilizou-se o modelo de entrevista semiestruturada, contendo dez perguntas norteadoras de aspecto dissertativo, antecedidas por questionário prévio de alternativas para formação de características estruturais da empresa no tocante ao assunto abordado, com o foco central do problema do presente estudo – quais os fatores inibidores para a empresa no tocante a um pedido de patente em relação à inovação em produto ou processo.

Participaram do estudo 22 MPEs fabricantes de embalagens plásticas localizadas na região de Jundiaí, objetivando garantir que estas estivessem absolutamente perfiladas ao enquadramento do negócio que se pretende analisar, vislumbrando-se o propósito de encontrar diferentes graus inovativos e amadurecidos no tocante a um processo de pedido de patente.

A validação dos questionários foi realizada em duas etapas: a primeira para verificar o grau de clareza da redação das questões respondidas e transcritas objetivando evitar dúvida interpretação por parte do respondente e a segunda para verificar sua eficácia, ou seja, se as questões criadas foram capazes de legitimar a alegação e propósito garimpados por este trabalho. A análise do questionário foi feita por meio de mensuração quantitativa e qualitativa.

Os dados coletados foram analisados a partir de uma perspectiva crítica, de modo a entender a percepção dos empresários por meio da análise do conteúdo, apresentando assim um conjunto de gráficos e tabelas cujo objetivo foi referenciar as principais ideias

do texto. Na análise dos resultados, fez-se uma arguição de acordo com a resposta dos entrevistados das MPEs sobre os reais fatores que inibem o processo de depósito de patente de uma inovação amadurecida junto ao INPI.

Por fim, foram apresentadas algumas considerações sobre a importância de tais fatores e sua devida mitigação, propondo contribuições para a redução dos problemas identificados por meio de modelos endossados pelo referencial perscrutado e em consonância com a proposta de fomentar a competitividade e perenidade das MPEs por meio da inovação patentária.

## 4 | ANÁLISE E RESULTADOS

De acordo com os dados coletados, o perfil dos entrevistados da amostra foi de 77% de diretores das empresas e 23% de gerentes de RH, sendo que para este segundo caso o tamanho da empresa é maior, situando-se entre 21 e 40 colaboradores. Não obstante, 72% das empresas se enquadram entre 5 e 20 colaboradores, seguido por 14% com até 5 pessoas, 5% entre 41 e 100 pessoas e 4% entre 21 e 40 profissionais. A maior parte das empresas do recorte responderam que, dentre as embalagens plásticas comumente fabricadas (termo formáveis, bobinas, potes, bandejas, embalagem com zíper, pouche, embalagem almofada, sanfonada e stand up) 68% delas têm como foco de fabricação embalagens termo formáveis. A afirmação dada é de que “este perfil de produto é o mais viável economicamente por conta do custo e da aceitação no mercado. Segundo os entrevistados, tendo em vista o ritmo econômico de “voo de galinha”, o investimento na produção se foca em um MVP (Produto Mínimo Viável) para sobreviver no mercado.”

O faturamento das empresas entrevistadas tem quase metade (45%) entre R\$ 1 e 2 milhões por ano. Das empresas estudadas, 82% não possuem patentes, sendo que 68% dos entrevistados afirmaram não terem conhecimento sobre o procedimento de criação de uma patente junto ao INPI. Entretanto, 73% do total buscaram informações sobre como patentear algo inovador em seu negócio, porém declinaram de tal iniciativa, respondendo que “isso se deve pelo fato de não vislumbrar um retorno financeiro plausível ao investimento que deve ser gasto com o processo patentário.”

Sobre este assunto, os entrevistados responderam que a informação que possuem sobre patentes provém majoritariamente de escritórios de patentes (56%), seguido por fontes internas da empresa (33%) e por último a busca pelo INPI (11%), alegando a ação prospectiva dos escritórios em virtude do pedido de patente como fonte geradora de negócio. A pesquisa também evidenciou que o desinteresse por parte dos empresários deve-se ao fato de que 43% deles não terem capacidade financeira, inclusive porque consideram “um contrassenso investir em patentes no atual momento de severa recessão econômica brasileira”.

O segundo maior motivo é a falta de investimento do governo, apontado por 30% dos

respondentes. Somados esses dois motivos, os fatores financeiros representam mais de 70% dos inibidores de desenvolvimento de patentes. Ao mesmo tempo, 45% dos empresários afirmam haver uma oportunidade inovativa passível de gerar um depósito de patente em sua empresa, entretanto, em detrimento de tal interesse, nos últimos dois anos apenas 15% das empresas entrevistadas investiram até 1% da receita bruta em desenvolvimento patentário. Os demais 85% alegaram não haver possibilidades orçamentárias para verter investimentos em inovação e, posteriormente, no registro no INPI.

Especificamente sobre investimentos, cerca de 50% dos gastos em inovação pelas empresas entrevistadas estão relacionados à aquisição de máquinas e equipamentos e quase 20% dos gastos são aplicados em atividades de pesquisa e desenvolvimento. O estudo de campo também mostrou que 8% das empresas utilizam as universidades ou institutos de pesquisa como inspiração para inovação, 8% patentearam suas inovações; e 3% inovaram por meio da aquisição de licenças, mineração de patentes ou *know-how*;

Com relação às fontes de informação utilizadas pelas empresas para *benchmarking*, 43% responderam que analisam-se comparativamente com a concorrência, 30% utilizam pesquisas de mercado, 17% buscam por publicações especializadas e apenas 7% realizam pesquisas por patentes em seu “estado da técnica” para obter informação de vanguarda. Concomitante ao resultado supracitado, quando questionado sobre o modo mais adequado para a obtenção de novas tecnologias, mais de 50% dos entrevistados afirmaram participar de feiras ou eventos similares, tendo como segunda resposta, porém menos expressiva, a pesquisa e desenvolvimento próprios.

Conectando e transversalizando TEO, variáveis subculturais e o modelo de Miles e Snow pôde-se constatar, por meio das análises sobre as respostas informadas, que nas empresas do recorte amostral existem características que confirmam a teoria das variáveis subculturais, uma vez que agem de maneira extremamente individualizada no desenvolvimento de seu negócio a ponto de desconhecer uma série de oportunidades, recursos, subvenções e estratégias que potencializariam não apenas o desenvolvimento de propriedade industrial, mas também a aceleração do negócio em si. A Tabela 1 sintetiza em *clusters* as empresas por meio da tipologia de Miles & Snow (1978), de acordo com o perfil estratégico adotado por cada uma delas:

TIPOLOGIA DE MILES & SNOW		
DEFENSIVA	Estreitos domínios de produtos/mercados e por ênfase muito grande em eficiência; Reduzir custos operacionais	Empresas 3; 5; 11; 14; 18; 21; 22.
PROSPECTORA	Elevada busca de mercados e inovação de produtos e processos; Capitalizar oportunidades emergentes	Empresas 1; 7; 8; 19.
ANALÍTICA	Híbrido das estratégias prospectora e defensiva, possuindo área de negócios central mais estável, e componente de negócios mais dinâmico, tratado de forma prospectora; Manter uma linha de negócio estável e tentar novos produtos bem sucedidos em outras empresas	Empresas 2; 4; 6; 9; 10; 12; 13; 15; 16; 17; 20.
REATIVA	Manter o status quo; empresas que parecem não apresentar nenhuma relação coerente entre estratégia e estrutura, e têm uma não-estratégia, com reações impulsivas diante de eventos do ambiente.	Não houve incidência

Tabela 1 - Classificação das empresas pela tipologia Miles & Snow

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

De acordo com o quadro, foi identificado que majoritariamente a tipologia analítica sintetiza a maior parte do perfil das empresas (50%), seguido pela tipologia defensiva (31%), sendo o perfil prospector o minoritário (19%). O perfil reativo não teve aderência em nossa amostragem. Porém, podemos afirmar que tal perfil relaciona-se com o perfil analítico da teoria variáveis subculturais, pois apresenta baixo grau de características prospectoras uma vez que as empresas deste segmento abstêm-se de inovar e documentar os processos, além de não possuírem envergadura tecnológica para agir como um defensor. Atuam analisando o mercado atento às novidades circulantes na concorrência – o que é diferente de analisar as inovações em desenvolvimento – para sobreviverem no ecossistema em que estão inseridas, contudo com certa desvantagem competitiva, ou seja, atrasadas e muitas vezes de forma obsoleta.

Com base no levantamento de campo das respostas e associando-o aos fatores inibidores, encontramos 10 pontos analisados por meio de sua carga fatorial, organizados na Tabela 2:

1°	Um produto minimamente viável
2°	Desestímulo econômico
3°	Baixa expectativa de R.O.I. para a PI
4°	Distanciamento entre subvenções à PI nas MPEs
5°	Incapacidade financeira
6°	Burocracia e rigorosidade para apoio do governo.
7°	Alto custo para PI sem garantia de <i>Payback</i>
8°	Baixa procura por informação sobre PI
9°	Irrelevância considerada sobre o assunto
10°	Baixo investimento em P&D

Tabela 2 - Fatores inibidores ao processo de patente

Fonte: elaborado pelos autores com base em levantamento de campo (2019)

Em seguida, ao considerar os fatores determinantes que influenciaram negativamente na decisão de desenvolver uma patente pelas MPEs entrevistadas, foi aplicado um modelo de triangulação de dados na tabela que segue, com objetivo de analisar a carga fatorial preponderante. Dessa forma, foi possível depurar quais os fatores preponderantes e quais fatores exprimem aspectos culturais na tomada de decisão para desenvolver uma patente. Para cada questão apontada foi selecionado a opção de maior incidência entre as demais ofertadas, evidenciadas no Quadro 3.

	QUESTÃO	RESPOSTA	%	QTD RESPOSTAS
1	Sua empresa possui patente?	NÃO	82%	18
2	Busca por informação sobre como patentear algo inovador em seu negócio?	SIM	73%	16
3	Possui conhecimento sobre o processo de patente?	NÃO	68%	15
4	Fonte de informação sobre Patente	Escritório de Patentes	56%	22
5	Principais motivos inibidores da inexistência de patente em sua empresa	Incapacidade financeira	43%	16
6	Convicção de que uma patente de inovação poderia melhorar as vantagens competitivas de seu negócio	SIM	68%	15
7	Apoio do Governo	NÃO	100%	22
8	A empresa encontrou dificuldades ou obstáculos que podem ter tornado mais lenta a implementação de uma patente ou que os tenha inviabilizado?	SIM	73%	16
9	Fatores que prejudicaram as atividades inovativas da empresa	Elevados custos da Patente	30%	18
10	Fonte de informação você mais utiliza para comparar-se aos concorrentes	O produto do concorrente	43%	13
11	Modo mais adequado para obter novas tecnologias	Feiras ou eventos similares	32%	13
12	Melhor para manter a vantagem competitiva sobre os concorrentes	Redução sistemática de custos	26%	10
13	Oportunidade para sua empresa patentear uma inovação	SIM	45%	10
14	Porcentual de seu faturamento despendido no desenvolvimento de alguma patente nos últimos 2 anos	0%	86%	19
15	Melhor veículo para indicação de novas tendências tecnológicas	Através dos concorrentes	36%	16

### Quadro 3 - Triangulação dos dados

Fonte: elaborado pelos autores com base em levantamento de campo (2019)

Analisando as informações apresentadas no quadro 2 foi possível, por meio de uma lógica dedutiva, classificar as respostas em 3 *clusters* de forças atuantes sobre as empresas: os fatores exógenos, os fatores endógenos e os fatores mistos. Fatores exógenos: condições em que atuam forças centrípetas, ou seja, do ambiente contra a empresa ou consequência das condições ambientais. Neste caso, foram consideradas as respostas 5, 7, 8, 9 (Tabela 3).

	QUESTÃO	RESPOSTA	%%	QTD RESPOSTAS
5	Principais motivos inibidores da inexistência de patente em sua empresa	Incapacidade financeira	443%	16
7	Apoio do Governo	NÃO	1100%	22
8	A empresa encontrou dificuldades ou obstáculos que podem ter tornado mais lenta a implementação de uma patente ou que os tenha inviabilizado?	SIM	773%	16
9	Fatores que prejudicaram as atividades inovativas da empresa	Elevados custos da Patente	330%	18

Tabela 3 - Fatores exógenos

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Explica-se: incapacidade financeira (43%), elevados custos da patente (30%), obstáculos (lentidão 73%) para implementação de patente e falta de apoio do governo (100%) são fatores que generalizam as condições à grande maioria do empresariado, haja vista a similaridade dos resultados em Ferreira, Guimarães e Contador (2009) e PINTEC (2014).

Fatores endógenos: respostas deliberadas pela cultura organizacional dos entrevistados. Para este caso foram consideradas as respostas 2, 3, 6, 10, 11, 13 e 15. A pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados busca por informação sobre como patentear algo (73%), porém eles não possuem conhecimentos sobre patentes (68%) mas têm consciência de que com elas as vantagens competitivas seriam maiores (68%), comparam-se com a concorrência tendo como fonte de informação o produto (43%) e se espelham-se na própria concorrência como indicação de novas tendências tecnológicas (36%) (Tabela 4).

	QUESTÃO	RESPOSTA	%%	QTD RESPOSTAS
2	Busca por informação sobre como patentear algo inovador em seu negócio?	SIM	773%	16
3	Possui conhecimento sobre o processo de patente?	NÃO	668%	15
6	Convicção de que uma patente de inovação poderia melhorar as vantagens competitivas de seu negócio	SIM	668%	15
10	Fonte de informação que você mais utiliza para comparar-se aos concorrentes	O produto do concorrente	443%	13
11	Modo mais adequado para obter novas tecnologias	Feiras ou eventos similares	332%	13
13	Oportunidade para sua empresa patentear uma inovação	SIM	445%	10
5	Melhor veículo para indicação de novas tendências tecnológicas	Através dos concorrentes	336%	16

Tabela 4 - Fatores endógenos

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Tais informações evidenciaram que a maior parte dos entrevistados se interessa pelo assunto por acreditar que a propriedade industrial realmente faz diferença no mercado de atuação, porém não se apropriam de informações em estudos de inovação tecnológica, tais como literatura especializada ou periódicos e publicações nos quais são apresentadas as inovações ainda em “estado da técnica”. O resultado da pesquisa revelou que um forte elemento cultural paira sobre o recorte amostral, sendo oportuno o desenvolvimento de artefatos para incentivar os empreendedores terem formas de interação mais assertivas

no tocante à busca de conhecimento por *benchmark*.

Fatores mistos: afirmativas em que há correlação de forças entre os fatores exógenos e endógenos, identificados nas questões 1, 4 e 12 (Tabela 5).

	QUESTÃO	RESPOSTA	%%	QTD RESPOSTAS
1	Sua empresa possui patente?	NÃO	882%	18
4	Fonte de informação sobre patente	Escritório de patentes	556%	22
12	Melhor forma para manter a vantagem competitiva sobre os concorrentes	Redução sistemática de custos	226%	10
14	Porcentual de seu faturamento despendido no desenvolvimento de patente nos últimos 2 anos	0%	886%	19

Tabela 5 - Fatores mistos

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Para os empresários que não possuem patente (82%), é majoritária a vontade dos respondentes em desenvolver patentes – endossado pelas respostas do cluster 1 “fatores endógenos” e pelos “fatores exógenos” do *cluster 2* (há obstáculos e dificuldades ambientais) – logo se conclui que para esta amostra é necessário um *cluster* de resposta que apoie a junção das duas condições interpostas. Do mesmo modo, 56% dos entrevistados disseram que obtiveram informações sobre patentes por meio dos escritórios contratados para prestar tais serviços.

Na sequência, 86% responderam que nos últimos 2 anos não investiram nenhum percentual da receita em desenvolvimento inovativo e patentário e, por fim, 26% afirmaram que a redução sistemática de custos é a melhor opção para se manter vantagem competitiva sobre os concorrentes. Apesar deste último indicador representar uma pequena parcela da amostragem (26%), o valor resultante da redução sistemática de custos poderia ser direcionado ao desenvolvimento inovativo e patentário.

Evidenciou-se que as MPEs, além de ter seu desenvolvimento comprometido pelas dificuldades de crédito ou de financiamento, enfrentam dificuldades relacionadas à tomada de decisão dos empresários de acordo com as condições de mercado. Tais conclusões proporcionaram compreender uma correlação entre os três fatores intervenientes – endógeno; exógeno; e misto.

Baseados nos fatos identificados e asseverado por Souza (2010), Silva (2016) e Plonski (2005), no que tange ao fomento da inovação patentária nas MPEs, evidencia-se a necessidade de desenvolvimento de um novo modelo disruptivo de viabilização de patentes, onde seja possível comparar analogicamente e compartilhar o ambiente do

“ecossistema de inovação” já desenvolvido por órgãos como o Sebrae, CNPq, Finep, EMBRAPPII, Incubadoras, entre outros. Neste caso, tendo como missão ser um facilitador de desenvolvimento de projetos que se tornem pedidos de patente junto ao INPI, sob o bojo de conceitos já citados, tais como o Triângulo de Sábado (PLONSKI, 1995) e a Hélice Tríplice (ETZKOWITZ & LEYDESDORFF, 2000) (Figura 1).

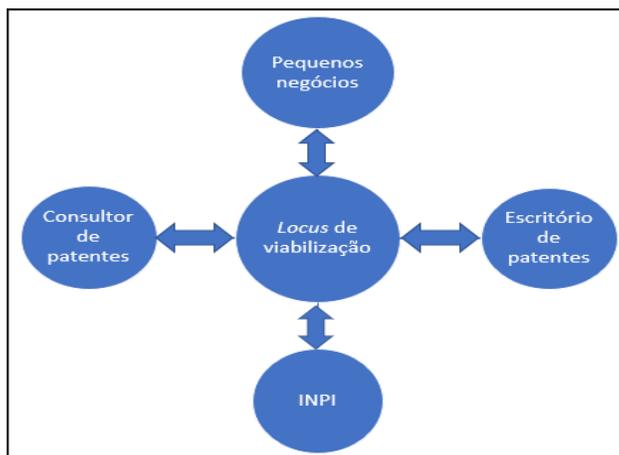


Figura 1 - Modelo de viabilização de pedido de patente

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

O modelo proposto sugere a atuação prospectora no ambiente empresarial, tendo em vista a diagnose sobre a potencialidade inovativa e patentária de cada empresa, por meio do instrumental “radar de patentes”,] e utilizando o “Modelo de Gestão da Inovação”, desenvolvido pelo CNPq (Figura 2).

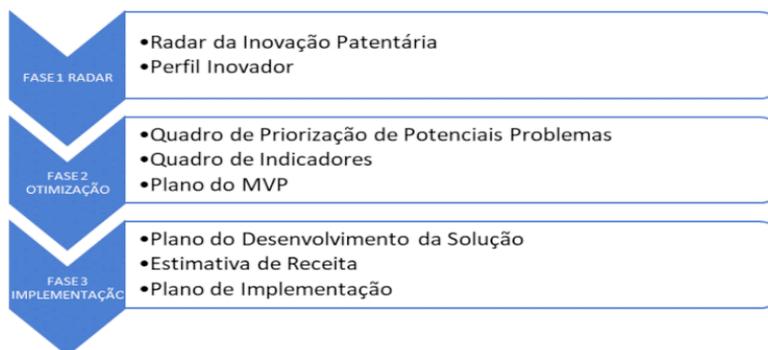


Figura 2 - Fluxograma de ferramentas processuais para fomento à PI

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Souza (2014) elenca os principais motivos do não registro de uma PI, dentre eles o “alto custo de registro de PI no INPI”, a “burocracia”, e a “falta de conhecimento”, totalizando 12 fatores. Nesta mesma linha, na análise geral dos dados obtidos na pesquisa, considerando os mecanismos legais de subvenção e incentivo patentário, aplica-se o aparelhamento manifestado pelo Quadro 4.

	FATOR VISTO NAS MPES	SOLUÇÃO PROPOSTA
1º	Um produto minimamente viável	Fomento de produto ou processo inovador junto a órgãos, como SEBRAE/FINEP/CNPq
2º	Desestímulo econômico	Articulação entre as empresas e subvenções financeiras de fomento às inovações patentárias.
3º	Baixa expectativa de R.O.I. para a P.I.	Articulação entre empresa (PI) e instituições/escritório de patentes com custo-benefício junto ao INPI.
4º	Distanciamento entre subvenções à P.I. nas MPes	Fomento de rede de parceiros com propósito de PI e institutos com fundos de fomento à inovação, desenvolvimento científico e capacitação tecnológica, de acordo com a Lei 13.243/2016.
5º	Incapacidade financeira	Articulação entre empresa e fundos bancários sob endosso da lei de incentivo à inovação e PI (BNDES ...)
6º	Burocracia e rigorosidade para apoio do governo.	Consultoria sobre suportes legais de prioridade de processo patentário junto ao INPI (LEIS 10.973 ...)
7º	Alto custo para P.I. sem garantia de Payback	Estudo de um MVP patenteável
8º	Baixa procura por informação sobre P.I.	Capilarização prospectora das informações e acessibilidades sobre PI
9º	Irrelevância considerada sobre o assunto	Capacitações <i>in loco</i> para multiplicação cultural sobre PI
10º	Baixo investimento em P&D	Desenvolvimento de ecossistema de PI (apoio, incentivo e integração de inventores junto à ICTs de acordo com a lei 10.973/2004)

Quadro 4 - Proposta para viabilização de patentes

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Conforme explicitado pelo Quadro 4, para cada fator evidenciado pelos entrevistados há uma solução proposta em consonância com o referencial adotado neste trabalho e com as fontes de fomento oferecidas pela legislação, governo, ICTs e órgãos de fomento à inovação. Para o fator “um produto minimamente viável” a solução proposta é fomento de produto ou processo inovador junto a órgãos como SEBRAE/FINEP/CNPq; para o fator “desestímulo econômico”, a proposta é articulação entre empresa e subvenções financeira de fomento à inovações patentárias, e assim sucessivamente para os demais fatores supracitados.

Conclui-se, portanto, que existe uma associação entre os fatores evidenciados

pelos gestores entrevistados nas MPEs e o modelo de viabilização de pedidos de patentes, uma vez que há recursos disponibilizados pelo governo e o empresariado carece de desenvolvimento da inovação.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo se propôs a analisar os fatores inibidores incidentes sobre as MPEs do setor de embalagens plásticas, no tocante à criação de um pedido de patente junto ao INPI. Em seguida, procurou-se mensurá-los em uma escala de relevância e, posteriormente, propor soluções para associar a inovação gerada nessas MPEs à PI, objetivando aprimorar o processo de pedidos de patente dessa categoria de empresas.

De acordo com as análises realizadas, existem dez fatores inibidores preponderantes, que englobam aspectos materiais e culturais: produto minimamente viável, desestímulo econômico, baixa expectativa de ROI para a PI, distanciamento entre subvenções à PI nas MPEs, incapacidade financeira, burocracia e rigorosidade para apoio do governo, alto custo para PI sem garantia de *Payback*, baixa procura por informação sobre PI, irrelevância considerada sobre o assunto e baixo investimento em P&D. Conclui-se que os três últimos fatores são considerados inerentes à cultura do empreendedor.

Por meio do referencial utilizado foi possível identificar o perfil comportamental e estratégico da amostragem, não obstante a circunstância ambiental que manifesta-se eliminando os indivíduos mais vulneráveis, tal como ocorre no meio ambiente, concluindo que a maior parte das empresas possui um perfil analítico no ambiente competitivo. Sendo assim, entende-se que os fatores inibidores ao desenvolvimento de uma PI são circunstanciais, ou seja, partem de forças endógenas, exógenas e mistas, que “engessam” as atitudes do empreendedor, porém passíveis de mitigação. Devido a aspectos culturais e ambientais o pequeno negócio inova, mas não patenteia.

Apesar de existir uma série de instituições de fomento, tais como a EMBRAPPII, incubadoras de empresas, modelo CERNE e, entre eles, o programa ALI do SEBRAE com foco em MPEs, os mesmos não atendem totalmente às necessidades e características das MPEs em relação ao desenvolvimento de patente. Os instrumentos com maior foco, sejam eles voltados para as MPEs ou para empresas do setor de embalagens plásticas, acabam pecando por não reunirem as habilidades instrumentais e operacionais demandadas em relação à abrangência e assistência a essas empresas.

Diante dos fatores arrolados, considera-se que a resposta à pergunta dada no início do trabalho é de que os empresários do recorte amostral estudado não desenvolvem patentes por não terem interesse intelectual no assunto e por não terem motivação econômica como diferencial estratégico que justifique tal investimento.

Como contribuição, foi identificado que os fatores ambientais, gerenciais e culturais mantêm uma simbiose quanto à tomada de decisão do empreendedor em relação ao

desenvolvimento da inovação e por conseguinte da PI, de maneira que foi possível separar em *clusters* os fatores endógenos, exógenos e mistos, resultados não encontrados em toda a bibliografia estudada sobre o assunto.

O estudo ainda se propôs, por meio da identificação dos 10 principais fatores e seus respectivos *clusters*, a gerar uma proposta de artefato para mitigar os impeditivos existentes: apresentou-se uma proposta de aplicação de um modelo de viabilização de pedidos de PI.

Considera-se como proposta para futuros trabalhos que, a partir da conceituação de modelo de central ou agrupamento de negócios, seja estudado o fomento à inovação patentária, uma vez que SEBRAE e outras instituições de fomento às MPEs já desenvolvem o “ecossistema de inovação” e até mesmo a mineração da inovação por meio do programa agente local de inovação (SEBRAE, 2019). Propõe-se a criação de um modelo de programa para viabilização de pedidos de patentes atuando de maneira prospectora e facilitadora nas MPEs, contribuindo assim para o avanço do tema discorrido.

Este estudo não responde a todas as questões implícitas à viabilização dos pedidos de patentes, recomendando-se assim, que o universo de empresas possa ser ampliado a outros segmentos econômicos e outras regiões, visto que esta dissertação ficou delimitada a um rol restrito de micro e pequenas empresas de um setor e determinada localização geográfica.

## REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Embalagens (ABRE). **Estudo Macroeconômico da Embalagem ABRE/FGV**, 2018.

AMORIM, J. E. **A propriedade intelectual no processo de incubação de empresas**. 2006. 30f. (Monografia para graduação em Engenharia de Produção) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC). **Cerne – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos**. 3 ed. v.3 Brasília: ANPROTEC, 2014.

BACHMANN, D. L.; DESTEFANI, J. H. **Metodologia para estimar o grau de inovação nas MPE: cultura do empreendedorismo e inovação**. Curitiba: Bachmann & Associados, 2008.

BIZZOTTO, C. E. N.; *et al.* **Cerne – Centro de Referência para apoio a novos empreendimentos**. In: **Certificação do Modelo Cerne**. Brasília: ANPROTEC, 2015.

BONTEMPO, C. P.; WITOTOVICZ, R. M.; YOSHITAKE, M. Inovação Em Micro E Pequenas Empresas De Goiânia. **Gestão e Regionalidade**, [s. l.], v. 35, n. 103, p. 183–199, 2019. Disponível em: <<http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=foh&AN=136852582&lang=pt-br&site=ehost-live>>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Lei 9.279/96. **Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial**. Diário Oficial da União, de 15 maio 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências**. Brasília, 2dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004/2006/2004/Lei/L10.973.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004/2006/2004/Lei/L10.973.htm)>. Acesso em: 20 mai. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.243, DE 11 DE JANEIRO DE 2016. **Incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo**. Brasília (DF). 2016.

\_\_\_\_\_. Lei de Patentes brasileira (Lei nº 9.279/1996).

\_\_\_\_\_. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **O seminário “A gestão da propriedade intelectual pelas instituições de fomento a ciência, tecnologia e inovação”**. Grupo de Trabalho de Assessoramento Interno em Propriedade Intelectual do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. 2013.

CARPEJANI, E. **A Influência do Programa ALI no processo de inovação de Micro e Pequenas Empresas do Estado de Sergipe**. / Eduardo Carpejani. – Rio de Janeiro, 2015. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro.

CNI, Confederação Nacional da Indústria. **Indicadores de competitividade na indústria brasileira: micro e pequenas empresas**. CNI e SEBRAE. Brasília. 2006. 134 p.

CONTADOR, J. C. **Campos e armas da competição: novos modelos de estratégia**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2008.

DI PETTA, A. Pequenas Organizações, Inovação e Patentes: breve revisão de literatura mundial e inter-relações no contexto brasileiro. In: V SINGEP, 2016, São Paulo. **Anais do V SINGEP**, 2016.

ENDEAVOR; SEBRAE. **Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras**. 2014. Disponível em: <https://endeavor.org.br/empreendedorismo-nasuniversidades-2014/> Acesso em: 12 jun. 2019.

FERNANDES JR, O. J. **Estratégias de adaptação organizacional: um estudo baseado nas tipologias de Miles e Snow entre as empresas associadas à rede de cooperação**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Negócios) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Porto Alegre, 2014.

FERREIRA, A. A.; GUIMARAES, E. R.; CONTADOR, J. C. **Patente como instrumento competitivo e como fonte de informação tecnológica**. Gest. Prod. [online]. 2009, vol.16, n.2, p. 209-221.

FERREIRA, P. S. **Propriedade intelectual na formação de recursos humanos para inovação: um estudo de caso no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ)**, 2013. 128 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação), Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

FREEMAN, C.; SOETE, L. **A economia da inovação industrial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

FREITAS, A. G. *et al.* Medição do grau de inovação com ênfase na dimensão processo para pequenas indústrias da região sul de São Paulo. **Blucher Design Proceedings**, v. 3, n. 12, p. 848-856, 2017.

FREITAS, M. A. do V. **O uso estratégico de portfólios de patentes e seu impacto na inovação: uma análise da indústria de smartphones**, 2014, 160 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

GILABERTE, T. P. **Projeto piloto de aliança estratégica pública e privada EMBRAPII: os desafios diante dos direitos de propriedade intelectual e as oportunidades para melhor interação entre os setores público e privado no Brasil**, 2015, 136 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

HANNAN, M.T. & FREEMAN, J. The Population Ecology of Organizations. **American Journal of Sociology**, v. 82, n. 5, p. 929-964, 1977.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Pesquisa de inovação tecnológica - PINTEC 2014**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro. 2007. 156 p. Disponível em: <<http://www.pintec.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 de junho de 2019.

Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, 2017. **Assessoria de Assuntos Econômicos**, BADEPI v4.0

INPI, **Relatório de atividades**, 2017.

MACEDO, M. F. G.; BARBOSA, A. L. Patentes, pesquisa & desenvolvimento: um manual de propriedade industrial. In: **Patentes, pesquisa & desenvolvimento: um manual de propriedade industrial**. 2000.

MALDONADO-GUSMÁN, G.; GARZA-REYES, J.A.; PINZÓN-CASTRO, S.Y.; KUMAR, V. Barriers to innovation in service SMEs: evidence from Mexico, **Industrial Management & Data Systems**, v. 117, Issue 8, p.p. 1669-1686, 2017.

MAZZUCATO, M.; PENNA, C. **The Brazilian Innovation System: a mission-oriented policy proposal**, 2016. Disponível em: [https://www.cgee.org.br/documents/10195/1774546/Sistema\\_Brasileiro\\_de\\_Inovacao-Mazzucato\\_Penna-Sumario\\_Executivo.pdf](https://www.cgee.org.br/documents/10195/1774546/Sistema_Brasileiro_de_Inovacao-Mazzucato_Penna-Sumario_Executivo.pdf). Acesso em: 26 jun. 2019.

MENEZES, C. R. C. de; BARBOSA, J. D. De Miles e Snow a Bracker e Pearson: o caráter estratégico das empresas de pequeno e médio porte. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 5, n. 1, p. 146-164, 2014.

MILES, R.E and Snow, C.S. **Organization Strategy, Structure and Process**. New York: McGraw Hill, 1978.

MINTZBERG, H; AHLSTRAND, B.; LAMPEL, J. **Safári de estratégia: um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Porto Alegre. Bookman, 2000.

MIRANDA, M. G.; BORGES, R. Technology-Based Business Incubators: An Exploratory Analysis of Intra-Organizational Social Networks. **Revista de Administração e Inovação**, v. 16, n. 1, p. 36-54, 2019.

MORAES, M. F. Inovação tecnológica como instrumento para o desenvolvimento no Brasil. **Revista de Direito, Inovação, Propriedade Intelectual e Concorrência**, v. 2, n. 1, p. 77-93, 2016.

NELSON, R. E.; VASCONCELOS, E. Information Technology Use, Strategy, and Subcultural Environments: An Exploratory Study of Brazilian Real Estate Agencies. **The Electronic Journal of Information Systems in Developing Countries**, v.35, 2008.

NOJIMA, R. G.; SILVA, E. A pesquisa brasileira sobre o modelo de adaptação ao ambiente de Raymond E. Miles e Charles C. Snow. Em: **IV Congresso Brasileiro em Gestão de Negócios**, 2016.

NUNES, M. P.; RUSSO, A. P. Analysis of business models innovation—a multiple case study. **Innovation & Management Review**, v. 16, n. 1, p. 17-35, 2019.

OMPI – **Organização Mundial da Propriedade Intelectual**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencia/ompi/> acesso em: 26 mar. 2019.

PACHOURI, A.; SHARMA, S. **Barriers to innovation in Indian Small and Medium-Sized Enterprises**. ADBI Working Paper 588. Tokyo: Asian Development Bank institute, 2016. <http://www.adb.org/publications/barriers-innovation-indian-small-and-medium-sized-enterprises/>. Acesso em: 26 mai. 2019.

PEREIRA, M. *et al.* (2009). Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009. RAMOS, Edith. Um exame da tipologia do caráter social de Riesman. *Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 40-46, 1975.

RIESMAN, D. **The Lonely Crowd, New Haven**. Yale University Press, 1950.

ROSAS, A. R.; FROEHNER, J.; SBRAGIA, R. O valor da proteção intelectual das inovações sob a perspectiva do empreendedor: um estudo de caso. **Anais do Encontro da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2007.

SEKEFF, A. T. **A percepção do empresário fluminense de pequenos negócios sobre o processo de registro de marcas por meio do programa SEBRAETEC**, 2015, 173 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação) Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

SHERWOOD, R. **Propriedade intelectual e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Edusp, 1992.

SILVA, G.; HEBER, F. Ecologia organizacional e teoria de redes: uma análise contemporânea da formação de APLS. **Gestão & Regionalidade**, v. 30, n. 88, p. 34-48, 2014.

SILVA, J. P. M. **Incubadoras de empresas do Centro-Oeste: a questão da propriedade intelectual**, 2016, 113 f. (Dissertação de Mestrado), Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

SINDIPLASTICO - **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico de Jundiá e Região**. Disponível em: <http://www.sindiplastico.com.br/> Acesso em: 26 mar. 2019.

SOARES, M. N.; KAUFFMANN, M. E. Intellectual property law in the fourth industrial revolution: trade secrets risks and opportunities. **Revista Jurídica**, v. 52, p. 199-224, 2016.

SOUZA, L. C. T. **Micro e pequenas empresas de software no âmbito das atuais políticas nacionais de fomento à inovação e de propriedade intelectual. Estudo de Caso: Rede Rio TI Serviços**, 2014. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação), Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

SUSTER, R. A Lei nº 9.279/96 – **Lei da Propriedade Industrial, sua influência no cenário nacional de patenteamento de fármacos 2009**, 130f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação), Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

VALBUZA, J. C. **O uso estratégico dos direitos de propriedade intelectual nas atividades agrícolas dos Institutos Federais - o caso da cadeia produtiva do café na perspectiva do IFES Campus Itapina**, 2015, 129 f. (Dissertação de Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual e Inovação), Instituto Nacional da Propriedade Industrial, Rio de Janeiro.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Administração 5, 20, 29, 32, 39, 40, 41, 43, 44, 60, 71, 72, 77, 83, 87, 95, 97, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 123, 124, 135, 136, 138, 139, 140, 141, 144, 145, 146, 148, 154, 160, 166, 167, 168, 181, 187, 194, 202, 214, 215, 216, 223, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 246, 247, 250, 251, 254, 263, 271, 272, 273, 274, 275, 278, 279, 284, 285, 286, 334, 335, 347

Agência 162, 218, 219, 220, 221, 222, 228, 229, 231

Almoxarifado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11

Assédio moral 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 119, 120, 122, 123, 124

Auditoria 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 224, 225, 228

### B

B3 222, 234, 235, 236, 239, 241, 244

Brasil 12, 32, 34, 44, 57, 71, 74, 77, 78, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 97, 98, 108, 109, 110, 124, 139, 140, 142, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 163, 172, 175, 180, 188, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 214, 215, 216, 222, 230, 231, 232, 236, 245, 246, 247, 249, 257, 272, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 287, 288, 289, 291, 292, 323

### C

Cadeia de suprimento 30, 31, 32, 33

Cadeia produtiva 135, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 217

Carreira 137, 274, 275, 278, 279, 280, 281, 283

Competência(s) 32, 33, 111, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 149, 182, 183, 187, 188, 191, 192, 237, 238

Comportamento 23, 34, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 77, 78, 84, 120, 122, 200, 223, 234, 239, 241, 243, 244, 254, 260, 267, 270, 278, 308, 334

Comprador(es) 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 55, 252

Construção civil 234, 236, 238, 239, 241, 244, 245

Consumidor 43, 44, 45, 48, 49, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 90, 92, 95, 254, 260, 267, 269, 270, 321, 334, 337, 339

Contabilidade 11, 13, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 245, 246, 273

Cuba 74, 80, 81, 82, 83, 85, 86

Cultura organizacional 78, 100, 105, 106, 107, 157, 208, 336, 341, 344, 345, 346

### E

Embalagens 61, 67, 72, 194, 195, 202, 203, 212, 213

Empreendedor 171, 194, 196, 199, 201, 202, 212, 216

Empreendedorismo 87, 168, 169, 172, 194, 200, 213, 214, 308

Empresa(s) 9, 2, 3, 10, 15, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 54, 60, 61, 63, 64, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 107, 116, 117, 123, 126, 127, 136, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 158, 167, 171, 172, 182, 183, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 239, 240, 241, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 277, 308, 309, 311, 312, 314, 316, 318, 319, 321, 345, 346, 347

Ensino superior 117, 118, 136, 141, 320, 321, 323, 336, 337

Equipe 3, 7, 10, 100, 186, 190, 191, 251, 264, 281

Estoque(s) 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12

Estratégia 2, 31, 63, 94, 147, 148, 156, 171, 172, 182, 183, 184, 186, 188, 190, 191, 197, 201, 205, 214, 215, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 258, 264, 267, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 279, 285, 335, 347

## F

Fila(s) 14, 15, 16, 17, 20, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 320, 328, 329, 330, 333

Fornecedor(es) 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 91, 150, 152, 155, 184, 186, 190, 191, 218, 219, 221, 268, 269

## G

Gestão 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 30, 33, 34, 40, 63, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 108, 110, 124, 136, 137, 140, 145, 146, 147, 151, 155, 156, 157, 158, 161, 165, 166, 167, 179, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 191, 192, 193, 198, 210, 213, 214, 216, 219, 221, 222, 228, 229, 231, 255, 272, 274, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 292, 293, 322, 334, 347

Gestor(es) 2, 3, 6, 7, 8, 9, 12, 30, 32, 34, 35, 39, 110, 135, 140, 141, 142, 144, 157, 182, 186, 187, 188, 190, 191, 201, 212, 219, 220, 221, 224, 227, 228, 275, 277, 289, 324, 328

Governança corporativa 113, 124, 218, 219, 221, 222, 229, 230, 231, 232, 233

## I

Inconsciente 43, 46

Informação 9, 12, 38, 44, 47, 49, 88, 89, 90, 95, 97, 138, 150, 151, 183, 184, 190, 191, 192, 203, 204, 206, 208, 209, 211, 212, 214, 219, 221, 234, 235, 236, 237, 238, 241, 245, 247, 269, 270, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 283, 284, 285, 286, 325

Inovação 41, 85, 88, 113, 124, 154, 155, 156, 157, 160, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 178, 179, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215,

216, 217, 347

## **M**

Marketing 33, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 107, 138, 151, 155, 171, 184, 193, 247, 250, 255, 256, 258, 260, 265, 271, 273, 308, 309, 320, 321, 322, 324, 325, 327, 334, 335, 345, 346

Mercado 3, 4, 10, 12, 61, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 90, 94, 95, 96, 135, 136, 138, 140, 141, 149, 152, 155, 169, 170, 171, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 190, 194, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 208, 209, 218, 222, 226, 227, 230, 236, 238, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 262, 263, 264, 266, 267, 268, 269, 270, 282, 291, 310, 311, 324, 337

México 106, 107, 125, 126, 127, 132, 295, 298, 300, 308, 311, 312, 317, 318, 345, 346, 347

Microempresa(s) 247, 248, 249, 252, 255, 272, 314

Mudanças climáticas 74, 75, 77, 80, 81, 82, 83, 84, 85

## **N**

Navio(s) 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 28, 29

Neuromarketing 60, 61, 62, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73

## **O**

Organização 1, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 15, 35, 55, 63, 64, 66, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 90, 94, 109, 136, 140, 141, 142, 143, 144, 155, 156, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 200, 201, 216, 219, 220, 221, 222, 226, 227, 228, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 258, 265, 270, 275, 276, 277, 278, 288, 289, 321, 323, 324

## **P**

PAC 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294

Patentes 194, 195, 196, 197, 198, 199, 203, 204, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215

Planejamento 2, 3, 5, 7, 9, 12, 17, 32, 64, 68, 72, 79, 80, 82, 99, 138, 142, 146, 193, 215, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 269, 270, 271, 272, 273, 282, 284, 287, 289, 290, 292, 294

Políticas públicas 45, 57, 171, 287, 288, 289, 290, 293, 294, 321, 323, 347

Porto 14, 15, 16, 17, 18, 20, 23, 28, 29, 40, 99, 123, 124, 145, 146, 180, 181, 193, 214, 215, 245, 271, 272, 284, 294, 334, 335

Propriedade industrial 194, 195, 197, 204, 208, 214, 215, 216, 217

## **Q**

Qualidade 3, 6, 8, 10, 13, 31, 34, 65, 71, 81, 85, 100, 109, 111, 112, 139, 169, 170, 172, 174, 184, 190, 229, 230, 250, 251, 252, 253, 259, 287, 288, 290, 291, 292, 320, 322, 328, 329, 330, 331, 336, 337

## R

Registro 1, 141, 197, 198, 204, 211, 216, 225, 305

Responsabilidade social 55, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 85, 86, 160, 218, 226, 229

## S

Satisfação 2, 39, 43, 45, 64, 69, 100, 258, 261, 320, 321, 322, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337

Secretariado executivo 182, 183, 187, 188, 191, 192, 193

Sustentabilidade 79, 113, 124, 155, 156, 157, 158, 160, 166, 183, 227, 251

## T

Tecnologia 12, 38, 61, 70, 71, 72, 85, 88, 91, 94, 95, 96, 97, 137, 148, 149, 150, 151, 160, 165, 166, 183, 184, 185, 187, 193, 197, 198, 199, 201, 214, 230, 272, 274, 275, 280, 284, 285, 286, 335, 347

Teoria 13, 14, 15, 19, 21, 28, 29, 39, 46, 52, 54, 55, 139, 145, 146, 181, 183, 184, 193, 194, 196, 199, 200, 202, 204, 205, 216, 218, 219, 220, 221, 223, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 272, 294, 325

Trabalho 2, 3, 5, 7, 11, 13, 14, 15, 20, 29, 47, 57, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 87, 88, 89, 91, 93, 94, 96, 98, 100, 108, 109, 110, 111, 113, 114, 115, 123, 124, 126, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 170, 179, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 195, 198, 202, 211, 212, 214, 220, 225, 228, 232, 234, 239, 240, 255, 256, 257, 258, 260, 264, 269, 270, 274, 275, 279, 283, 284, 285, 291, 334, 335

## U

Universidade 14, 30, 61, 71, 72, 73, 74, 87, 108, 117, 118, 146, 154, 161, 166, 168, 182, 213, 214, 218, 229, 234, 246, 271, 274, 285, 286, 287, 294, 320, 322, 323, 327, 328, 334, 335, 336, 347

## V

Vantagem competitiva 5, 31, 32, 33, 61, 63, 65, 66, 69, 71, 72, 78, 157, 158, 178, 179, 186, 190, 192, 197, 209, 249, 250, 252, 259, 272

Variáveis fundamentalistas 234, 235, 236, 238, 239, 241, 244, 245



---

# ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2021



---

# ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS E EMPRESAS PRIVADAS: ESTRATÉGIA, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

---

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

  
Atena  
Editora  
Ano 2021